



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
4ª CÂMARA DE JULGAMENTO

**ATA DA 15ª (DÉCIMA QUINTA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA,
DA 4ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO
CEARÁ DO ANO 2020.**

Aos 21(*vinete e um*) dias do mês de setembro do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 13h 30min. (*treze horas e trinta minutos*), após verificado o quorum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 15ª (*décima quinta*) Sessão Ordinária Virtual da 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. José Augusto Teixeira. Presentes à Sessão os Conselheiros Ivete Maurício de Lima, Michel André Bezerra Lima Gradwohl, Dalcília Bruno Soares, Fredy José Gomes de Albuquerque, Francileite Cavalcante Furtado Remígio e Fernando Augusto de Melo Falcão. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. Rafael Lessa Costa Barboza. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Helena Lúcia Bandeira Farias. Iniciada a sessão, o Sr. Presidente passou à **ORDEM DIA**, foram anunciados os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/2660/2018 – Auto de Infração: 1/201805268. Recorrente: DIVEPEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS PEIXOTO LTDA Recorrido: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. Relator: Conselheira IVETE MAURÍCIO DE LIMA. Decisão: 1.** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: 1. Quanto ao pedido de nulidade do julgamento singular, por não ter motivado o indeferimento do pedido de perícia, resolve a 4ª Câmara do Conselho e Recursos Tributários, por maioria de votos, afastar a nulidade do julgamento em razão do pedido ter sido realizado de forma genérica, em conformidade com o voto da conselheira relatora, parecer da Assessoria Processual Tributária e manifestação oral em sessão do representante da douta Procuradoria Geral do Estado. Votou a favor da nulidade do julgamento o Conselheiro Fredy José Gomes de Albuquerque, por entender que o julgamento singular tem a obrigação de fundamentar e motivar o indeferimento do pedido, sendo ele formulado de forma genérica ou não. Quanto ao pedido de perícia apresentado no recurso ordinário, com o objetivo de afastar a presunção que se estabeleceu pelo suprimento de caixa, a 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos indeferiu o pedido, por considerar que a infração parte de uma premissa relativa e a parte não trouxe elementos capazes de afastar a acusação. **2. No mérito,** decide a 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por maioria de votos pela PROCEDÊNCIA da acusação fiscal, nos termos do voto da Conselheira Relatora, Ivete Maurício de Lima, devendo ser aplicada a penalidade do art. 126 da Lei nº 12.670/1996 “*caput*”, sem aplicação do parágrafo único previsto na nova redação dada pela Lei nº 16.258/2017, visto que, não houve a comprovação de escrituração. Votou contrário a decisão o Conselheiros Fredy José Gomes de Albuquerque, favorável a Parcial Procedência,

com a aplicação do parágrafo único do art. 126 da Lei nº12.670/1996 previsto na nova redação dada pela Lei nº16.258/2017, votou também contrário a decisão o Conselheiro Fernando de Melo Falcão, que votou pela Improcedência, por entender que o art. 92, § 8º da Lei nº 12.670/96 apenas definiu omissão de receita, sem caracterizá-la como omissão de venda, considerando que a omissão de receita é apenas um indício que isoladamente não pode caracterizar a infração de omissão de vendas. Esteve presente para sustentação oral o representante legal da autuada Dr. Schubert de Farias Machado. **Processo de Recurso nº 1/2661/2018 – Auto de Infração: 1/201805269. Recorrente: DIVEPEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS PEIXOTO LTDA Recorrido: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. Relator: Conselheiro MICHEL ANDRÉ BEZERRA LIMA GRADVOHL. Decisão: 1** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: 1. Em manifestação oral o representante legal da parte decidiu retirar os pedidos de nulidade e de perícia apresentados no recurso, dessa forma, tais pontos não foram analisados pelos conselheiros em sessão. **2. No mérito**, a 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por maioria de votos decidiu pela **IMPROCEDÊNCIA** da acusação fiscal por falta de subjunção dos fatos a norma jurídica, decisão divergente ao Parecer da Assessoria Processual Tributária e manifestação oral da douta Procuradoria Geral do Estado, que entendeu pela Parcial Procedência da autuação, com aplicação da penalidade prevista no art. 123 VIII “d” da Lei nº12.670/1996. Votou contrário a decisão o Conselheiro Relator, Michel André Bezerra Lima Gradvohl, por entender que o padrão exigido no arquivo EFD deve ser obedecido por ser uma obrigação objetiva e instrumental, acompanhou o voto do conselheiro relator a Conselheira Dalcília Bruno Soares. Ficando designado para lavrar a Resolução o Conselheiro Fredy José Gomes de Albuquerque por ser o primeiro voto discordante e vencedor. Esteve presente para sustentação oral o representante legal da autuada Dr. Schubert de Farias Machado. **Processo de Recurso nº1/2663/2018 – Auto de Infração: 1/201805273. Recorrente: DIVEPEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS PEIXOTO LTDA Recorrido: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. Relatora: FRANCILEITE CAVALCANTE FURTADO REMÍGIO. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre a seguinte questão: 1. Pelo encaminhamento do processo a Célula de Perícias e Diligências Fiscais com o objetivo de solicitar diligência, conforme itens formulados pela Conselheira Relatora e aprovados pelos conselheiros em sessão posterior. Esteve presente para sustentação oral o representante legal da autuada Dr. Schubert de Farias Machado. **Processo de Recurso nº 1/5173/2017– Auto de Infração: 1/2201714073 Recorrente: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA E MASTEX COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA Recorrido: AMBOS. Relatora: Conselheira DALCÍLIA BRUNO SORES. Decisão:** Após realização dos debates, considerando o adiantado do horário, a Presidência decidiu sobrestar o processo, devendo retornar na primeira pauta desimpedida. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos. E para constar, eu, Helena Lúcia Bandeira Farias, Secretária da 4ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pela Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

José Augusto Teixeira
PRESIDENTE DA 4ª CÂMARA

Helena Lúcia Bandeira Farias
SECRETÁRIA DA 4ª CÂMARA